



Índice

- 01 [Ministério do Turismo destaca artesanato e cultura quilombolas remanescentes na Paraíba](#)
- 02 [Entre tons e texturas, fotógrafo publicitário registra personagens de família quilombola](#)
- 03 [SINDSBOR luta em Brasília por aposentadoria para seringueiros](#)
- 04 [Judeus expulsos da aldeia guatemalteca](#)
- 05 [Justiça Federal mantém suspensão ao polo naval em Manaus](#)
- 06 [Movimento “É com Tião” ganha força e apoio de povos indígenas em Acrelândia](#)
- 07 [MPF cobra assistência à indígenas que vivem em BH e Região Metropolitana](#)
- 08 [Abandonado pelo Ministério da Cultura, cinema indígena agoniza sem recursos](#)
- 09 [Escolha democrática de gestor de escola indígena é garantida pelo MPF/AM](#)
- 10 [Inkra estuda quilombo que nasceu após amor entre branco e ex-escrava](#)
- 11 [Quilombolas estão sob risco de perder parte de suas terras para a extração de bauxita](#)
- 12 [Quilombolas interditam rodovia](#)
- 13 [RBS mente para defender interesses de especulação](#)
- 14 [Povos e Comunidades Tradicionais se reúnem em encontros regionais para discutir](#)



políticas públicas

- 15** Ciclo de Palestras tratará dos saberes intergeracionais no Vale do Jequitinhonha – MG
- 16** Seminário Regional de Mulheres Indígenas discute políticas públicas e problemas sociais nas comunidades
- 17** Canoada marcará despedida do trecho Volta Grande do Rio Xingu
- 18** Jogos Indígenas do Pará em pauta no Sem Censura desta quarta
- 19** Produtores Rurais de Amambai se reúnem com candidato a Deputado Federal
- 20** Artesanato e cultura quilombola compõem roteiro na Paraíba
- 21** Nota da Comissão Guarani Yvyrupa sobre a criação do INSI e a saúde indígena
- 22** Comunidade indígena de Charrua pede atenção do poder público
- 23** Cepal prepara relatório para conferência da ONU sobre povos indígenas
- 24** Indígenas do Amazonas têm cultura e valores excluídos
- 25** Aragão é homenageado por Xerentes e afirma: “É possível conciliar as terras indígenas e agronegócio”
- 26** Arquitetura de indígenas ricos vira atração turística na Bolívia
- 27** Logística dos Jogos Mundiais Indígenas é apresentada e lançamento será neste mês
- 28** Coronel Sapucaia inaugura Escola Indígena
- 29** Doações para quadrigêmeas indígenas surpreendem direção de maternidade
- 30** Atuação do MPF garante escolha democrática de gestor de escola indígena em Tefé



Ministério do Turismo destaca artesanato e cultura quilombolas remanescentes na Paraíba

SÍTIO PB AGORA, 02.09.2014

O portal do Ministério do Turismo (www.turismo.gov.br/turismo/noticias) destaca a Paraíba com reportagem sobre as culturas indígenas e quilombolas remanescentes no estado. O roteiro turístico Mares Quilombolas faz parte do projeto Talentos do Brasil, idealizado pela parceria entre os Ministérios do Turismo (MTur), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Sebrae.

As cidades citadas na reportagem são Conde, Pitimbu e João Pessoa. O ministro Vinicius Lage disse que uma das principais inovações do projeto é agregar pessoas, serviços e produtos da agricultura familiar aos roteiros turísticos já explorados. Ele explica que isso gera benefícios econômicos e sociais para a região.

O texto da reportagem indica quatro passeios para os turistas que visitarem o litoral entre João Pessoa, Conde e Pitimbu: Comunidade Ipiranga, Quinzena Cultural, Caminhadas na Natureza e Território Mucuxi por retratarem a diversidade do litoral paraibano. A Quinzena Cultural é realizada em Pitimbu, sempre no segundo sábado de cada mês. De acordo com o texto, o evento tem por objetivo resgatar e valorizar os saberes da população local. É a oportunidade para artistas e grupos folclóricos (artesão expõem e vendem seus trabalhos em barraquinhas).

A reportagem cita o exemplo de Daurenice Pereira dos Santos, ou dona Nice como ela é conhecida. A paraibana que vive em Tambaba, no Conde, participou de oficinas e recebeu consultoria do projeto Talentos do Brasil Rural. "Depois de entrar no projeto, dona Nice viu a renda familiar subir de menos de um salário mínimo para cerca de R\$ 2 mil. As frutas e produtos do Sítio Pontes, antes vendidos na feira ou para atravessadores, atualmente integram as mesas de restaurantes badalados.

Ascom



Entre tons e texturas, fotógrafo publicitário registra personagens de família quilombola

SÍTIO CATRACA LIVRE, 03.09.2014

Raízes, heranças e tradição definem o ensaio fotográfico "A Rua dos Negros, Comunidade Quilombola do Morro do Boi", assinado pelo gaúcho Leonel Tedesco, em um registro que revela a importância da comunidade para a construção da história afrodescendente do país.

Ao todo, 20 painéis retratam imagens de integrantes da família, desde a presença da matriarca Dona Guida, passando pelo próprio fotógrafo, até as gerações atuais.

Entre nuances de luz natural, os retratos se destacam pelas belas texturas e seus tons, explorando a riqueza cultural dos quilombolas.

Quilombolas

Formada pela população negra rural ou urbana, as comunidades quilombolas são grupos que se autodefinem a partir das relações com a terra, parentesco, território, ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

leia também

Fotos revelam o Brasil nos tempos de escravidão

Atualmente, no Brasil, estima-se que existam mais de três mil assentamentos quilombolas. No Morro do Boi, na cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, encontram-se os Leodoros.

Quatro décadas de fotografia

Leonel Tedesco se apaixonou pela fotografia aos 16 anos, ainda em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Além de transitar com sucesso pela fotografia artística, atua no mercado publicitário e ministra cursos nas principais cidades do país.



SINDSBOR luta em Brasília por aposentadoria para seringueiros

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 03.09.2014

Desde o ano de 2013, o Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia, vem buscando por meio da PEC-320/2008 um caminho via Congresso Nacional para a tão sonhada regulamentação da aposentadoria de extrativista vegetal.

A PEC apresentada no ano de 2008 de autoria da então ex-senadora Marina Silva/PT, hoje candidata a Presidenta da República pelo PSB, propõe a alteração do II, § 7º da CF e a regulamentação da aposentadoria, pois os trabalhadores que exercem o regime de economia familiar em atividades extrativistas como: castanheiros, seringueiros, catadores de fibras, quebradores de babaçu, carnaúbeiros e outros, ainda se aposentam como se fossem trabalhadores rurais.

Os trabalhadores extrativistas desde o surgimento da Constituição Federal nunca tiveram suas profissões regulamentadas. De acordo com as reivindicações de seringueiros da região de Machadinho do Oeste município de Rondônia e das áreas ribeirinhas do rio madeira, a PEC/320 não trará uma mudança significativa se o governo não elaborar uma proposta diferenciada para o seguimento. Os extrativistas vêm defendendo uma proposta salarial de 02 salários para a aposentadoria, eles afirmam que sem isso suas próprias realidades de vida serão as mesmas, já que não possuem rendas fixas, pelo trabalho que exercem de vigiar a floresta e exercer o extrativismo em condições sacrificiosas.



Judeus expulsos da aldeia guatemalteca

SÍTIO VOZ DA RUSSIA, 02.09.2014

Um grupo de judeus ortodoxos de 230 pessoas foi expulso do povoado San Juan La Laguna, na Guatemala, depois do conflito com a população indígena local, informa o periódico mexicano El Universal.

De acordo com os dados das autoridades, os judeus procedentes dos EUA, Israel, Reino Unido e Rússia, viviam lá desde 2008. A origem do conflito foram divergências com os representantes do grupo étnico tzutujil que tinham acusado os hóspedes de ter implantado as suas crenças.

Por outro lado, os judeus ortodoxos declararam que sempre tinham enfrentado ameaças de repressões e que os índios chegaram a ameaçar a privá-los da água potável. Em resultado disso, os membros da comunidade judaica Lev Tahor resolveram deixar o povoado. O seu líder Misael Santos explicou que eles são gente pacífica e vão embora a fim de evitar incidentes mais sérios.

O defensor do povo da Guatemala Jorge De León já tomou conhecimento da situação. De acordo com os dados do canal de televisão Telesur, ele condenou a expulsão dos judeus de San Juan La Laguna.



Justiça Federal mantém suspensão ao polo naval em Manaus

SÍTIO A CRÍTICA, 02.09.2014

A Justiça Federal no Amazonas manteve a suspensão de todas as atividades relativas ao projeto de implantação do Complexo Naval, Mineral e Logístico (Polo Naval), enquanto não realizada a consulta prévia, livre e informada das comunidades ribeirinhas que vivem na região, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A decisão foi proferida no curso de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), depois que o Estado do Amazonas apresentou pedido de revisão de decisão liminar expedida em maio deste ano, que suspendeu as medidas para instalação do polo.

A decisão liminar proferida em maio e a manutenção do entendimento, na decisão expedida no dia 26 de agosto, são fundamentadas na ausência de consulta prévia, livre e informada a, pelo menos, 19 comunidades tradicionais localizadas na margem esquerda do rio Amazonas, na região do Puraquequara.

No último sábado (30) o MPF/AM promoveu, na sede da instituição, um seminário para apresentar os objetivos da consulta prévia e os aspectos que precisam ser considerados para que ela seja válida. O evento reuniu cerca de 90 pessoas, entre comunitários, representantes de movimentos sociais, do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e do Exército.

Os procuradores da República Fernando Merloto Soave e Julio José Araujo Junior apresentaram os fundamentos previstos na Convenção nº 169/OIT, legislação internacional que trata dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, incluindo o direito à terra, aos recursos naturais e à consulta prévia. O Decreto Legislativo nº 143/2002 obriga o Brasil a obedecer o que diz a convenção.

Formato da consulta

A consulta é um procedimento de participação exclusivo dos povos indígenas e comunidades tradicionais, cuja realização é de responsabilidade dos governos, cobrindo todas as despesas do processo. Todas as medidas que afetem comunidades tradicionais devem ser submetidas à consulta prévia, que precisa ser realizada desde as primeiras etapas de planejamento, antes da tomada das decisões. "É comum que, mesmo antes do estudo de impacto ambiental, se faça estudos de solo, de água, para definir o projeto, mas se esquece do fator humano, fazendo a consulta numa lógica apenas homologatória, quando as decisões já estão tomadas", destacou Soave.

CONT.



Outro aspecto importante é a liberdade para participação ou não dos comunitários na consulta e a possibilidade de concordar ou não com as propostas apresentadas, sem que sejam pressionados de alguma forma. Todas as informações sobre a proposta devem ser apresentadas claramente, de forma que os comunitários compreendam os possíveis impactos positivos e negativos da medida que pode ser tomada, e a consulta deve ser realizada de boa-fé, com o objetivo de construir um acordo, um consenso em torno da proposta.

O processo de consulta deve incluir reuniões preparatórias, quando será aprovado o Plano de Consulta, que deverá detalhar as regras do processo, o local, a forma de decisão, as datas; reuniões informativas, quando o governo repassará todas as informações às comunidades; discussão interna do assunto pelas comunidades, sem a presença do governo; negociação, quando as comunidades dirão se concordam ou não com a proposta, podendo apresentar sugestões; e decisão final, com indicação da posição dos comunitários, formalizada em ata.

Com relação à implantação do polo naval, o Estado do Amazonas não observou estas etapas. "Simplesmente informar que vai haver a consulta não atende ao que prevê a convenção. Esse processo de consulta deve ser construído com as comunidades, conhecendo a sua realidade", explicou Soave.

Um dos participantes foi Rubens Martins, morador da comunidade Santa Luzia do Tiririca, uma das comunidades potencialmente afetadas pela implantação do polo naval. Ele relatou que sua família vive no local, à margem esquerda do rio Amazonas, há mais de cem anos e que a comunidade desenvolve projeto de psicultura que beneficia diretamente cerca de 50 famílias. "As medidas que já foram tomadas ainda valem, já que não foi realizada a consulta prévia com as comunidades?", questionou.

Revogação do decreto – O procurador da República Julio José Araujo Junior explicou que a maneira como o Estado do Amazonas declarou de utilidade pública a área a ser utilizada para a implantação do polo naval, por meio do Decreto nº 32.875/12 – que afeta diretamente as comunidades da margem esquerda do rio Amazonas – não é válida, porque não foram observados os requisitos da Convenção nº 169/OIT.

O secretário executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas, Ronney Peixoto, informou que o Estado do Amazonas vai se manifestar em breve ao MPF sobre a revogação do decreto, já que a consulta não foi realizada antes de definir a área afetada.

O MPF indicou ainda que, em razão da decisão liminar da Justiça Federal que suspende todas as medidas relativas à implantação do polo naval, a Seplan deve informar à Justiça qualquer ato que envolva as comunidades, sob pena de descumprir a decisão judicial.

"Nós não estamos aqui para parar o desenvolvimento do Estado. Nós queremos que o Estado cresça, mas nós queremos também ser respeitados", afirmou Francisco Silva, presidente da Associação de Moradores da Comunidade São Francisco do Mainã, que também participou do seminário.

Devem ser realizadas ainda, com o apoio do MPF/AM, reuniões de capacitação dos moradores,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

nas próprias comunidades, a respeito da Convenção nº 169/OIT, para que eles possam participar ativamente da construção do plano de consulta. As datas das próximas reuniões serão definidas posteriormente.



Movimento “É com Tião” ganha força e apoio de povos indígenas em Acrelândia
SÍTIO VEJA POLÍTICA, 02.09.2014

Carreata em Acrelândia, diálogo no Recanto dos Buritis e encontro com lideranças indígenas marcaram as agendas de Tião Viana.

Uma imensidão de carros, motos e bicicletas constituíram o cenário da primeira carreata da Frente Popular em Acrelândia, realizada nesta segunda-feira, 2, pelos candidatos majoritários da FPA, Tião Viana e Perpétua Almeida. Após o ato eles seguiram para Rio Branco onde dialogaram com moradores do Recanto dos Buritis. Na manhã da terça-feira, 2, Tião se reuniu com 12 representantes de etnias indígenas em Plácido de Castro.

Na carreata em Acrelândia, os candidatos percorreram as vias do centro da cidade a fim de levarem à comunidade mais da esperança, união e alegria das lideranças que acreditam no povo e querem realizar os maiores projetos de futuro para o Acre.

No Recanto dos Buritis

Após o ato em Acrelândia, Tião e Perpétua seguiram para Rio Branco, onde se reuniram com cerca de 150 pessoas do bairro recanto dos Buritis, no Beco do Ouricuri – local onde Tião assegurou aos moradores ações de infraestrutura para melhoria de acesso.

“Queremos ouvir a necessidade dessa comunidade e retribuir a amizade de vocês com muito trabalho. Realizamos grandes feitos por esse estado, só com o Ruas do Povo estamos concluindo 4.200 ruas, incluindo o Recanto”, afirmou Tião Viana.

Povos indígenas querem mais boas mudanças

A terça-feira, 2, iniciou com as boas vibrações dos povos indígenas de 12 etnias de todo estado. Num encontro em Plácido de Castro as comunidades fizeram apresentações de cânticos e manifestaram apoio as candidatura de Tião e Perpétua.

“Não vamos nos deixar enganar por outros candidatos. Não queremos mudanças para a nossa planta não murchar, porque vocês sabem que planta que muda de vaso, murcha. Vamos ficar nesse projeto com o governo Tião. Vamos acreditar na força da mulher. Se não fosse a deputada Perpétua lutar pela lei das espingardas a gente estava matando caça com pau e flecha”, afirmou Lucila Nawa.

Aos Huni Kuin, Manchineri, Shanenawa, Nawas, Yawanawas, Nukini, Noke Koi, Jaminawas, Jaminawa Arara, Apolima Arara, Puyanawa e Shawãdawa presentes no encontro o candidato Tião Viana destacou que, se eleito, seguirá trabalhando pela qualificação dos educadores indígenas e valorização da classe, também comprometeu-se a aplicar mais investimentos na



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

saúde e cultura dos povos indígenas.



MPF cobra assistência à indígenas que vivem em BH e Região Metropolitana

SÍTIO O ESTADO DE MINAS, 02.09.2014

Quase 8 mil indígenas vivem em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Funai reconhece que políticas públicas foram pensadas somente em relação aos indígenas rurais

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a adoção de medidas necessárias para garantir a assistência aos indígenas que vivem em áreas urbanas.

Em audiência pública realizada em julho, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), órgão do MPF, disse que ficou constatada a situação de desamparo a que estão expostos os indígenas que moram em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Saiba mais...

MPF faz recomendação a BHTrans depois que índios foram impedidos de entrar em ônibus MPF pede, na Justiça, demarcação de terras para povos indígenas em Minas

Segundo o MPF, a audiência discutiu a insuficiência de políticas públicas para essas pessoas e o desamparo a que elas estão sujeitas. Depoimentos apontaram que, nas cidades, os indígenas não vêm recebendo nenhum apoio estatal, nem mesmo o que lhes deveria ser prestado pelos órgãos destinados à sua assistência, como a Funai.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Dias, lembra que "o censo de 2010 aponta que 36,2% dos indígenas do país residem em áreas urbanas. Em geral, isso decorre de violações de direitos e da precariedade de serviços básicos em terras indígenas". Neste mesmo censo, o IBGE constatou que 7.979 indígenas residiam na capital mineira e Região Metropolitana.

Durante a audiência pública, a coordenadora regional substituta da Funai, Caroline Willrich, reconheceu que, atualmente, as "políticas públicas para indígenas foram pensadas somente em relação aos indígenas rurais, inexistindo políticas voltadas especificamente aos índios urbanos".

A recomendação lembra, inclusive, que a Funai é responsável não só pela proteção e promoção dos direitos indígenas, como pela garantia de que eles possam participar da formulação de políticas públicas que lhes digam respeito. A Funai terá prazo de 20 dias para informar ao MPF as providências tomadas para dar cumprimento à recomendação. (Com informações do MPF)



Abandonado pelo Ministério da Cultura, cinema indígena agoniza sem recursos
SÍTIO BOL, 02.09.2014

A prolífica produção indígena no cinema revelou cineastas e abriu novos caminhos para a transmissão do conhecimento tradicional entre gerações. Mas o gênero que evoluía no Brasil, conquistando novos espaços e reconhecimento em festivais, e parecia se consolidar no país, praticamente parou por falta de recursos.

"A falta de recursos tem dificultado que novos filmes sejam feitos", diz Vincent Carelli, idealizador do Vídeo nas Aldeias. "A situação dos índios é péssima, a produção é ainda muito reduzida e a gama de problemas muito ampla". Para ele, é preciso investir mais no desenvolvimento da mídia indígena. "Eles precisam de mais acesso a subsídios e mais formação. Não há recursos hoje para formar e equipar novas comunidades".

Foi o projeto Vídeo nas Aldeias que impulsionou, no final da década de 1990, boa parte da produção. Um estímulo significativo veio com o programa Pontos de Cultura, criada dentro da gestão de Gilberto Gil (2003-2008) no Ministério da Cultura, e que passou a financiar experiências audiovisuais por indígenas. Com mudanças de rumos na política, o dinheiro cessou impedindo continuidade de projetos. "O Ministério da Cultura abandonou os pontos de cultura", diz Carelli. Ainda assim, ele garante que o trabalho segue e continua expandindo fronteiras.

"Apesar do desmanche da política cultural estamos produzindo os trabalhos dos alunos que formamos, e realizando filmes com eles", diz Carelli. Um deles é o bem sucedido documentário "Hiper Mulheres" (2011), que faturou prêmios em importantes festivais de cinema no Brasil e no exterior. Filmado por índios e dirigido por Takumã Kuikuro, Leonardo Sette e o antropólogo Carlos Fausto, o longa mostra um ritual de mulheres da etnia Kuikuro.

A aldeia como ela é

Uma pequena --mas relevante-- amostra dessa produção também está na coleção Um Dia na Aldeia, que acaba de ser lançada pela editora Cosac Naify. São três longas produzidos dentro do projeto Vídeo nas Aldeias, dois deles dirigidos por índios: "Depois do Ovo, a Guerra" e "Das Crianças Ikpengs Para o Mundo". "São trabalhos maduros, que também têm sido bem recebidos em festivais", conta Carelli. O terceiro filme, com corte mais documental, foi dirigido por ele e Dominique Gallois.

Mas o olhar indígena na coleção Um Dia na Aldeia não se restringe ao audiovisual. Os três DVDs estão encartados em livros infanto-juvenis, em edição bilíngue. Cada um conta uma história, inspirada num filme indígena, adaptada por Ana Carvalho, e ricamente ilustrada e colorida por Rita Carelli, filha de Vincent.

CONT.



"Os livros procuram mostrar que índios não pertencem ao passado nem aos livros de história, mas que estão vivos, brincando, lutando por suas terras e direitos, fazendo suas festas e filmes", afirma Rita, que acompanhou o pai em viagens por tribos de todo o país.

Diversidade indígena em São Paulo

No final de agosto, um grupo de indígenas desembarcou na cidade de São Paulo com cineastas, caciques e pajés para acompanhar a primeira Mostra de Cinema Indígena Aldeia SP. Uma seleção de 34 curtas produzidos por 15 etnias das regiões Norte e Centro-Oeste foi exibida em diferentes espaços culturais da capital.

Os filmes foram feitos em 2010 dentro de oficinas que aconteceram com a criação dos pontos de culturas indígenas, realizadas em parceria com a ONG Rede Povos da Floresta e o Vídeo nas Aldeias. As produções mostram que a apropriação das novas tecnologias serviu para índios explorarem um olhar singular sobre o próprio universo.

É o que transparece, por exemplo, em "A Casa dos Espíritos", dirigido por Morzaniel Iramari e Dário Kopenawa. "O filme traz um pouco do costume e tradição ianomâmi, com um olhar íntimo e único", analisou a curadora da mostra, Alice Fortes, integrante da Rede Povos da Floresta. A narrativa se passa na aldeia Watoriki-Theri, terras indígenas em Roraima e no Amazonas, que preservam uma magia que, segundo ela, garimpeiros não conseguiram roubar.

Outra parte dos cineastas indígenas optou por deixar de lado lendas e mitos e carregaram suas filmagens com tintas mais densas, se apropriando do audiovisual como ferramenta de resistência política. Essa temática mais social tem norteado muito do que tem se produzido pelo país mais recentemente, diz Carelli.

"Há uma diversidade enorme, temos desde o celular registrando a polícia militar entrando em uma aldeia no Nordeste até as manifestações do movimento indígena em Brasília, em streaming ao vivo". Falta, segundo ele, um levantamento que mapeie essa produção. "Tem muita gente fazendo alguma coisa de maneira dispersa".

Índios isolados

A frágil e tensa situação dos índios isolados na fronteira do Acre com o Peru, pressionados pelo garimpo e extração ilegal de madeiras, também já foi retratada em quatro curtas do índio Nilson Huni Kuin.

Para filmar, o indígena, que vive em uma aldeia vizinha a área dos "isolados", conta que realizou diversas expedições de aproximação com um grupo de assistentes. "Chegamos a passar até um mês dentro da mata". Segundo ele, teve ocasiões em que foram recebidos com flechadas de advertência. "Não queriam nos ferir, mas sim dizer que estávamos em território deles".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

Os isolados ganharam o apelido de "os brabos". "São três grupos com cerca de 800 pessoas que vivem em uma situação cada vez mais delicada", diz. O primeiro longa-metragem sobre esse tema deve ficar pronto até o final do ano.

A variedade temática e de estilos de filmes dá uma dimensão da relevância da produção nas aldeias, segundo a curadora da mostra Aldeia SP. "Vai bem além de mostrar a cultura dos índios para o mundo". "Eles não têm tradição escrita, e sim de fala, por isso a produção de vídeos é uma forma natural e orgânica para que se expressem e disseminem seus conhecimentos, não apenas para não-índios, mas para eles mesmos", declara Fortes.



Escolha democrática de gestor de escola indígena é garantida pelo MPF/AM

SÍTIO CEDEFES, 02.09.2014

Votação acompanhada pelo MPF permitiu que pais de alunos, funcionários e professores de escola na zona rural de Tefé escolhessem novo gestor

Após receber informações sobre a troca de gestor de uma escola indígena em comunidade de Tefé, município distante 527 quilômetros de Manaus (AM), e os conflitos entre a população indígena e a população não-indígena da localidade, o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) promoveu articulação entre órgãos públicos e comunitários e garantiu a eleição do gestor da escola pelos pais de alunos, professores e funcionários.

O caso ocorreu na comunidade Porto Praia, na zona rural de Tefé. A prefeitura exonerou o gestor da escola, indígena da etnia kokama, e nomeou um não-indígena para o cargo. Lideranças indígenas, inconformadas com a mudança, impediram a entrada na comunidade do novo gestor, que acionou a Polícia Militar.

A situação foi levada ao conhecimento do MPF pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que encaminhou à instituição a manifestação de comunitários sobre a possível nomeação de um não-indígena para a direção da escola, contrariando os interesses da comunidade indígena local. Após a concretização da mudança, alguns moradores da comunidade estiveram na sede da Procuradoria da República no Município de Tefé, unidade do MPF na cidade, e relataram o fato.

O MPF promoveu reunião com autoridades e comunitários e acompanhou, em momento seguinte, reunião na comunidade, quando foi realizada votação para a escolha do novo gestor. Participaram da votação pais de alunos, funcionários e professores da escola. Por maioria de votos, o gestor anterior, Mário Jorge Moraes, da etnia kokama, foi escolhido como diretor da escola.

Fonte: Procuradoria da República no Amazonas



Inkra estuda quilombo que nasceu após amor entre branco e ex-escrava

SÍTIO BLOG DA CÉLIA FONTINELE, 02.09.2014

Moradores do quilombo atualmente são descendentes do casal ou ex-escravos (Foto: Divulgação/ Incra)

A iniciação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola Tapera Melão, que fica em Irará, município localizado a 137 quilômetros de Salvador, revela que a região foi formada a partir de uma história de amor entre um homem branco e uma ex-escrava.

Flávio Assiz, que é analista em reforma e desenvolvimento agrário do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, setor integrado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conta que a história começou a ser detalhada no final de agosto. Técnicos da instituição foram ao local a fim de atender a uma solicitação de abertura de processo de regularização fundiária, que foi solicitada pelos moradores em 2013.

Segundo Flávio Assiz, anexo ao pedido feito pelos membros da comunidade quilombola constava um trabalho de dissertação de mestrado elaborado pela estudante da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Janeide Bispo. A pesquisa foi feita em 2008 e já antecipava a história de amor.
saiba mais

Tudo começou no século XVIII. "Eles contam que o dono de uma fazenda [onde está o quilombo], chamado Costa Melão, tinha muitos ex-escravos. Um dos afilhados deles, Zezé Martins, se apaixonou por uma delas", detalhou com base nos relatos obtidos na região.

Ex-seminarista, Zezé Martins recebeu o terreno do padrinho como doação e viveu no local com mulher e com os filhos que tiveram juntos.

"Ele tinha ideais abolicionistas. Era conhecido, inclusive, por abrigar escravos e ex-escravos, que o tinham como um homem bom", contou Flávio Assiz. Antes de morrer, Zezé Martins teria deixado, em testamento, a área para os ex-escravos, mas essa documentação não foi encontrada.

Segundo a dissertação de Janeide Bispo, que baseia parte do trabalho do Incra, com o passar dos anos, passaram a ocorrer grilagens por fazendeiros que adentravam nas terras da comunidade. As famílias também enfrentaram períodos de fome e de necessidade, que teria obrigado a venda de trechos da localidade.

Atualmente, os remanescentes de quilombo da comunidade ou são descendentes de Zezé Martins ou de outros ex-escravos a quem ele deu abrigo. Assiz frisa que as famílias são esforçadas e possuem roças produtivas, por isso solicitam a devida regularização fundiária.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

Quilombolas estão sob risco de perder parte de suas terras para a extração de bauxita
SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 02.09.2014



Nota pública (<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2014/08/NOTA-SEMAx.pdf>) expressa a solidariedade de mais de 150 organizações e movimentos sociais às comunidades quilombolas em Oriximiná/PA, ameaçadas pela exploração minerária em seus territórios tradicionais e desrespeitados em seu direito à consulta livre, prévia e informada.

O empreendimento é da maior produtora de bauxita do Brasil, a Mineração Rio do Norte (MRN) que tem entre seus acionistas a Vale, BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio, Alcoa World Alumina, Hydro e Alcoa Awa Brasil Participações.

“Nos solidarizamos com os quilombolas e exigimos que o governo federal atue com isenção, promova o entendimento ao invés de favorecer os planos da mineradora, e garanta uma consulta realmente livre, prévia e informada reconhecendo e respeitando o modo e o tempo dos quilombolas tomarem suas decisões, conforme garante a Convenção 169 da OIT”, aponta o documento.

>> Clique aqui para acesse a carta

<http://terradedireitos.org.br/2014/09/02/quilombolas-estao-sob-risco-de-perder-parte-de-suas-terras-para-a-extracao-de-bauxita/>



Quilombolas interditam rodovia

SÍTIO JORNAL DO DIA, 02.09.2014

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

Centenas de famílias quilombolas que moram no Povoado Pontal da Barra, no município da Barra dos Coqueiros, fecharam na manhã de ontem a Rodovia César Franco (SE 101), que liga a cidade a Pirambu. Os manifestantes queimaram coqueiros impedindo o tráfego no local, provocando um congestionamento de cerca de 2km. O protesto foi realizado para reivindicar a construção imediata de casas e obras de infraestrutura na área.

De acordo com os moradores, o governo já formalizou a ordem de serviço para construção de um conjunto habitacional no local, mas após dois meses da assinatura do serviço, as unidades habitacionais e serviços de infraestrutura ainda não foram iniciados.

A construção do conjunto habitacional no local terá um investimento de R\$ 3.185.592,39, com recursos do governo, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo para Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD). "Ainda vivemos às margens da rodovia sem uma moradia digna. Queremos a construção de casas e a liberação da licença ambiental para que o projeto de infraestrutura tenha andamento", diz Robério Manoel da Silva, presidente da Associação dos Territórios da Comunidade Remanescente Quilombola do Pontal da Barra.

Robério lembra a grande importância de projetos urbanísticos para a região, conhecida como Ilha do Rato. O local, às margens do rio Japarutuba, é habitado há muitas décadas pelos remanescentes de quilombos. "O Pontal da Barra precisa de uma atenção especial do poder público. Além da construção de casas, é necessário pavimentar, drenar, colocar luz e água tratada", acrescenta.

As famílias contam que a obra que o governo pretende fazer no local abrange serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sistema de esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água, pavimentação, implantação de rede elétrica e iluminação, além de equipamentos sociais e ações que visam a preservação de uma área ambiental.

Os quilombolas também aguardam a realização de serviço para pavimentação asfáltica da avenida Governador Marcelo Déda Chagas que beneficiará o entroncamento da Rodovia SE-100 com a rua Nossa Senhora do Amparo, na sede da Cidade.

Com as mudanças estruturais, o Pontal da Barra terá uma pista de dois quilômetros, com 8,00 metros de largura, sendo 6,00 metros de rolamento e 2,00 metros de acostamentos.

A manifestação só acabou no início da tarde após uma negociação entre os moradores e agentes da Companhia Estadual de Policiamento Rodoviária (CPRV) que desobstruíram o trânsito.



RBS mente para defender interesses de especulação

SÍTIO CIMI, 02.09.2014



RBS mente para defender interesses de especulação

O jornal RBS, diário catarinense fortaleceu na última semana uma campanha sistemática que vem realizando há anos contra o povo Guarani que vive no morro dos cavalos. Atendendo a interesse de especuladores, que não aceitam a demarcação das terras indígenas no estado, voltou a bater na mesma tecla de que as famílias que vivem na tekoá itaty, são do Paraguai e que foram usadas por ONGs para "criar" uma legalidade para o uso da terra.

Ora quem conhece a RBS sabe que essa não é uma empresa confiável. Uma rápida investigada nas fontes usadas para reportagem já mostra que o tema não é tratado com seriedade. O antropólogo que "acusa" os indígenas sequer é reconhecido por seus pares. O que ele faz junto com a RBS, é incentivar o ódio e o racismo num espaço que há muito tempo tem sido objeto de batalha entre os que são os verdadeiros dono da terra, e os que ocuparam os terrenos desde longos anos. Tudo isso por interesse econômico nas terras.

Hoje estamos aqui, o povo guarani, para dialogar com você. Nossa gente vive nesse território desde os tempos imemoriais, bem antes da chegada dos portugueses e espanhóis. Durante a invasão, fomos caçados, assassinados, escravizados.

Para nós, não existem fronteiras, elas foram criadas pelos brancos. Daí essa incompreensão - ou maldade da RBS - em dizer que somos estrangeiros. Nós somos Guarani. Essa terra é nossa. Estrangeiro é quem invadiu. Queremos viver em paz.

A demarcação desse pequeno espaço de terra é o mínimo que o Estado faz para garantir nossos direitos, negados há mais de 500 anos. Somos um povo autônomo, que decidimos nossa vida dentro da nossa cultura. Não somos manipulados por ninguém. Dizer isso é nos desqualificar. Não aceitamos mais isso. Temos amigos e parceiros como todos os grupos étnicos. Mas decidimos nosso caminho. Já conquistamos muita coisa, vencendo preconceitos, essa terra é nossa.

Pedimos agora seu apoio. Não se deixe envolver pela campanha de ódio e racismo da RBS. Não nos veja como invasores. Busque conhecer nossa história e nossos costumes. Respeite nosso jeito de ser assim como respeitamos o seu. Morro dos Cavalos é Guarani. A história também mostra. Os que nos agredem querem usar nossa terra como mercadoria e ganhar dinheiro. Nossa relação com a Terra é sagrada, ela é nosso templo e nossa morada.



O jornal da RBS, Diário Catarinense, fortaleceu na última semana uma campanha sistemática que vem realizado há anos contra o povo Guarani que vive no Morros dos Cavalos. Atendendo a interesses de especuladores, que não aceitam a demarcação das terras indígenas no estado,

CONT.



voltou a bater na mesma tecla de que as famílias que vivem no tekoá itaty, são do Paraguai e que foram usadas por ONGs para "criar" uma legalidade para o uso da terra.

Ora, quem conhece a RBS sabe que essa não é uma empresa confiável. Uma rápida investigada nas fontes usadas para a reportagem já mostra que o tema não é tratado com seriedade. O antropólogo que "acusa" os indígenas sequer é reconhecido por seus pares. O que ele faz, junto com a RBS, é incentivar o ódio e o racismo num espaço que há muito tempo tem sido objeto de batalhas entre os que são os verdadeiros donos, e os que ocuparam os terrenos desde longos anos. Tudo isso por conta do interesse econômicos nas terras.

Hoje estamos aqui, o povo Guarani, para dialogar com vocês. Nossa gente vive nesse território desde os tempos imemoriais, bem antes da chegada dos portugueses e espanhóis. Durante a invasão fomos assassinados, escravizados e jogados para outros lugares.

Para nós, não existem as fronteiras, elas foram criadas pelos brancos. Daí essa incompreensão ou maldade da RBS- em dizer que somos estrangeiros. Nós somos Guarani. Essa terra é nossa. Estrangeiro é quem invadiu. Queremos viver em paz.

A demarcação desse pequeno espaço de terra é o mínimo que o Estado faz para garantir nossos direitos, negados há mais de 500 anos. Somos um povo autônomo, que decidimos nossa vida dentro da nossa cultura. Não somos manipulados por ninguém. Dizer isso é nos desqualificar. Não aceitamos mais isso. Temos amigos e parceiros, como qualquer outro grupo étnico. Mas decidimos nosso caminho. Já conquistamos, com muita luta e vencendo inumeráveis preconceitos, essa terra que é nossa.

Pedimos agora seu apoio. Não se deixe envolver pela campanha de ódio e racismo da RBS. Não nos veja como invasores. Busque conhecer nossa história e nossos costumes. Respeite nosso jeito de viver como respeitamos o seu. Morro dos Cavalos é Guarani. A história também mostra. Os que nos agredem querem usar a nossa terra como mercadoria e como meio para ganhar direito. Nossa relação com a terra é sagrada, ela é nosso templo e nossa morada.



Povos e Comunidades Tradicionais se reúnem em encontros regionais para discutir políticas públicas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2014

Encontro da região Sudeste será em Vitória, de 15 a 19 de setembro. Último dia de inscrição é hoje, 2 de agosto

Kofilaba

Hoje (02/09/2014) é o último dia de inscrições para o edital de participação do Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região Sudeste, que será realizado em Vitória, de 15 a 19 de setembro.

O objetivo é discutir a política de desenvolvimento sustentável para o setor, com ênfase na regularização fundiária. O encontro é organizado pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Podem participar entidades ou instituições que representem povos e comunidades tradicionais e atuem na região. O edital ou chamada pública oferece uma vaga para cada um dos seguintes grupos: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos, povos e comunidades de terreiro, pescadores e pescadoras artesanais, caçaras, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, caatingueiros, raizeiros e raizeiras, apanhadores de sempre viva e pomeranos.

A ficha de inscrição deve ser enviada para o e-mail encontroct@mds.gov.br. O encontro funcionará como uma das bases para o aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e é um evento preparatório para o II Encontro Nacional, que acontecerá no mês de novembro, em Brasília (Leia edital). Todas as despesas serão cobertas pela organização do evento, para as entidades selecionadas.

Clique aqui para ficha de inscrições.

http://issuu.com/kofilaba/docs/ficha_inscricao_encontro_regional_p

Sobre os encontros

Ao todo serão cinco encontros regionais e um nacional. O primeiro foi no Nordeste, em dezembro de 2013, em Salvador (BA). Outros ocorreram em Cuiabá (MT), de 21 a 24/07, Curitiba (PR), de 25 a 28/08, e o próximo e último regional, ocorrerá em Vitória (ES), de 15 a 18/09.

O evento nacional acontecerá em Brasília, de 24 a 27 /11.

CONT.



Segundo o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, os encontros regionais são importantes para amplificar o trabalho da comissão e ouvir os representantes dos povos e comunidades tradicionais de cada região. Cabral ainda destacou que a integração entre governo e sociedade sai fortalecida desses encontros. Para ele, o maior desafio da comissão é garantir o direito aos territórios, a fim de preservar a cultura desses povos e, consequentemente, o meio ambiente.

Já no encontro nacional, será feita uma revisão do atual Decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2007. "Os povos e comunidades tradicionais são grandes defensores da natureza, vivem em harmonia com ela. É o momento de fazer um balanço das diversas políticas públicas criadas de lá pra cá", afirmou Cabral.

O último encontro preparatório aconteceu em Curitiba (PR), quando foi debatido o Projeto de Lei nº 7.735/2014, que regula o acesso ao patrimônio genético, conhecimentos tradicionais, repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, que tramita no Congresso Nacional. De acordo com o secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Roberto Cavalcanti, muitos dos assuntos sugeridos pelos integrantes da CNPCT devem ser objeto de regulamentação e o acesso ao conhecimento tradicional dependerá da anuência prévia das próprias comunidades.

O objetivo dos encontros é avaliar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e seus instrumentos de implantação, especialmente, da comissão nacional, suas formas de funcionamento, representação e consolidação. "Queremos que a comissão seja um fórum de diálogo forte, inovador e propositivo", ressalta Larisa Gaivizzo. A comissão faz a articulação de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais e estabelece prioridades para as ações de governo.

Em março de 2013, durante a 21ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), as ministras do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pactuaram a realização do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, em 2014.

Participam da CNPCT os seguintes órgãos de governo: MDS, MMA, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Saúde, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Pesca e Aquicultura, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, Fundação Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Fundação Nacional do Índio (Funai) Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), a Secretaria de Patrimônio da União e Secretaria Geral da Presidência da República.

A sociedade civil é representada, na CNPCT, pelos seguintes segmentos tradicionais: seringueiros, fundos de pasto, quilombolas, extrativistas, faxinalenses, pescadores artesanais, povos de terreiro, ciganos, pomeranos, indígenas, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caçaras, geraizeiros, catadoras de mangaba e retireiros do Araguaia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

Em 8 de fevereiro de 2007, foi publicado o Decreto 6.040 que instituiu a PNPCT, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Fontes: MMA, MDS, Combate Racismo Ambiental



Ciclo de Palestras tratará dos saberes intergeracionais no Vale do Jequitinhonha – MG
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2014

Daiane Souza - FCP

Os saberes e os costumes centenários dos povos tradicionais do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, serão abordados pelo coordenador do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Ednilson de Jesus, nesta sexta-feira (05), durante a palestra Memória, juventude e saberes intergeracionais no Vale do Jequitinhonha. O evento faz parte da 3ª Edição do Ciclo de Palestras Conheça Mais Cultura Afro-brasileira: Nosso Patrimônio, promovido pela Fundação Cultural Palmares.

Constituído por 51 municípios o Vale do Jequitinhonha é considerada uma região rica em comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas, e tem como importante característica a grande produção de arte e cultura. Nesse sentido, a proposta do coordenador é ressaltar os modos como acontecem a transmissão de saberes entre os membros dessas comunidades.

De acordo com ele, o Ciclo será uma possibilidade de valorizar, especialmente, as crianças como portadoras de memórias. “São elas que, ao aprenderem observando os mais velhos refazem o processo de cultura perpetuando os valores”, explicou o coordenador. Entre os exemplos que serão trabalhados pelo professor, estará o Boi de Janeiro, uma manifestação cultural local que envolve pessoas de todas as idades, mas que atrai muito os jovens. “Se trata de algo além de uma brincadeira. É um ritual com características simbólicas, identitárias e que pode ser considerado essencial à transmissão de memórias”, disse.

Coleção Conheça Mais - As exposições realizadas durante o Ciclo de Palestras serão convertidas em livros para compor a Coleção Conheça Mais. As publicações visam atender à demanda por material didático na área de cultura afro-brasileira, de acordo com a Lei nº 10.639/2003. O papel didático-pedagógico das publicações é ser referência para pesquisas, estudos e reflexões sobre os mais diversos temas. As obras são distribuídas gratuitamente nas escolas e bibliotecas.

SERVIÇO

O quê: Ciclo de Palestras Cultura Afro-brasileira: Nosso Patrimônio

Tema: Memória, juventude e saberes intergeracionais no Vale do Jequitinhonha

Palestrante: Rodrigo Ednilson de Jesus (FAE/UFMG)

Quando: 05 de setembro

Horário: 13h

Onde: Escola Estadual Chaves Ribeiro

Endereço: Rua Amazonas, Centro, Itaobim, Vale do Jequitinhonha – MG



Seminário Regional de Mulheres Indígenas discute políticas públicas e problemas sociais nas comunidades

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.09.2014

Ascom – CIR

Mulheres indígenas de três regiões do Estado, Serra da Lua, Raposa e Baixo Cotingo, participam desde ontem (2) do Seminário Regional de Mulheres Indígenas, no Centro Regional Lago Caracaranã, na região da Raposa, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, município de Normandia (RR). A atividade encerra amanhã, 4 de agosto.

O evento, promovido pela Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas e Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR), é fruto da articulação e parceria com a Fundação Ford, e busca discutir os assuntos referentes à violência (física e psicológica), direitos, alcoolismo, tráfico de crianças e adolescentes, saúde da mulher e políticas públicas. Participam da atividade aproximadamente 200 mulheres indígenas.

O debate inicia com os temas sobre violência (física e psicológica), direito e saúde da mulher indígena. Para mediar esse tema, as mulheres indígenas contam com a presença da advogada Joênia Wapichana, coordenadora do departamento jurídico do CIR e da estudante indígena do curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima, Josidene Marques.

No segundo dia, o evento traz para discussão um assunto que vem causando preocupação às comunidades indígenas, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes, além de informações sobre o Programa Mulheres Mil e Ação Saberes Tradicionais, Programa de Saúde da Mulher prestada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e o debate sobre políticas públicas destinadas às mulheres. Participam da mediação desse dia, as representantes do Juizado da Infância e da Juventude, do Instituto Federal de Roraima (IFRR), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Patrimônio e Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Insikiran da UFRR, e outras instituições convidadas.

Para o encerramento, um panorama das últimas conquistas das mulheres indígenas e avaliação do seminário. Uma carta com as demandas específicas de cada região será elaborada e destinada aos órgãos públicos.

A cada ano a Secretaria de Mulheres Indígenas vem se fortalecendo enquanto movimento de articulação das mulheres indígenas e com isso, a necessidade de discutir novos caminhos de atuação, não só de articulação, mas também como executora de ações próprias, tendo assim, melhores condições de atender as demandas oriundas das comunidades indígenas seja no campo político, social ou cultural das mulheres.

“Embora com muitos avanços, nós mulheres precisamos nos fortalecer, ser unidas e valorizar o nosso protagonismo na sociedade, nas comunidades e perante o movimento indígena”, destaca a Secretária do Movimento de Mulheres, Telma Marques Taurepang.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

A Secretaria chama a atenção do poder público, para que incluam nos planos anuais, as demandas específicas das mulheres indígenas. “Com a realização do seminário, além de gerar um debate político entre as mulheres, o objetivo também é chamar a atenção dos órgãos públicos no sentido de terem um olhar diferenciado para as mulheres indígenas e que as demandas apresentadas possam ter retorno positivo”, completa a Secretária.

Além do apoio da Fundação Ford, que desde 2013 vem prestando um importante serviço às iniciativas do CIR na área jurídica e ao movimento de mulheres, o evento recebe a contribuição da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão indigenista indispensável para as ações coletivas dos povos indígenas, nesse caso, as mulheres indígenas.

A atividade é a primeira envolvendo três regiões, e a meta é atingir as nove regiões de atuação da Secretaria do Movimento de Mulheres indígenas de Roraima.



Canoada marcará despedida do trecho Volta Grande do Rio Xingu

SÍTIO ADITAL, 03.09.2014

Em razão da inundação que ocorrerá devido à construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Estado do Pará, que modificará, por completo, a paisagem do Rio Xingu, em especial o trecho "Volta Grande", que compreende 100 quilômetros do rio, o Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Indígena Miratu Yudjá Xingu (Aimyx) promoverão, nos próximos dias 7 a 11 de setembro, uma homenagem e despedida do local com o evento "Canoada Bye Bye Xingu". Esta irá reunir pescadores, ribeirinhos e ativistas de várias regiões do Brasil para selar a despedida do local e destacar a importância da valorização da diversidade socioambiental do Brasil.

A canoada pretende destacar a importância que o Rio Xingu tem para as comunidades indígenas e mostrar para a sociedade os impactos que serão gerados com a construção da terceira maior hidrelétrica do mundo, Belo Monte, no território indígena. O evento reforça a importância da preservação do meio ambiente e promoverá, além da canoada, rodas de conversa durante as expedições noturnas sobre os impactos e alternativas da hidrelétrica em terras indígenas.

Serão três dias de remada em canoas tradicionais da região, que serão guiadas por navegadores experientes do Xingu, em um total de 112 quilômetros de percurso. Os preparativos para o evento começarão já no dia 07 e os participantes receberão as primeiras informações dos guias locais e organizadores do evento sobre as instruções da canoada e expedições no Centro de Formação Bethânia, que fica a sete quilômetros do Centro de Altamira. A largada da canoada está prevista para a manhã do dia 8, os participantes se reunirão a partir das 6h30 e receberão as informações no local.

Os canoairos irão passar por trechos com cachoeiras, entre elas a cachoeira Jeriquá, uma das mais belas da região, bancos de areia e em frente ao canteiro da obra, que é motivo de incomodo para as comunidades locais, localizado na barragem principal do rio, e ao Sítio Pimental.

A Canoada não tem fins lucrativos e é uma parceria entre a Aymix, Associação Yudjá Miratu Xingu e o Instituto Socioambiental. O evento simboliza o ativismo contra os abusos do projeto Belo Monte e chama a atenção para as comunidades indígenas que são esquecidas e tem seus direitos violados. A canoada permitirá uma vivência maior com as comunidades ribeirinhas e proporcionará mais esclarecimentos sobre os impactos já sentidos tanto no meio ambiente quanto na cultura das comunidades locais.

Para maiores informações acesse:

<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/canoada-vai-se-despedir-da-volta-grande-do-xingu>



Jogos Indígenas do Pará em pauta no Sem Censura desta quarta

SÍTIO PORTAL CULTURAL, 03.09.2014

Saúde e arte também são temas do programa

O "Sem Censura Pará" desta quarta-feira (03) recebe a Secretária de Esporte e Lazer, Renilce Nicodemos, contando detalhes sobre os "Jogos Tradicionais Indígenas do Pará", um dos eventos mais emblemáticos da cultura, tradição e esporte paraense. A quarta versão da competição será no período de 4 a 10 de setembro, na praia de Marudá e outros distritos do município de Marapanim, região nordeste do Estado.

O programa também conversa com o artista plástico, Marcos Cardoso, falando sobre a programação do Workshop Pedagógico, que acontece nos dias 3 e 4 de setembro. As inscrições ainda estão abertas. São 20 vagas distribuídas em 2 oficinas: Arqueologia Urbana e Inventado Moda. Para falar sobre o "VI Encontro Norte Nordeste de Gestalt-Terapia" o "Sem Censura" recebe a mestre em psicologia clínica e social, Wanderlea Ferreira, contando detalhes do Gestalt Terapia e também explicando esse estilo de psicologia.

Tem ainda um bate papo com os compositores, Tom Salazar Cano e Daiane Gasparetto, falando sobre o show "O Não Lugar", que vai ser apresentado nos dias 5 e 19 de Setembro no Sesc Boulevard. O espetáculo vai apresentar canções que foram criadas em série, o que resulta em uma interligação entre as mesmas, tanto na atmosfera sonora, quanto nas temáticas abordadas nos versos. Para debater os assuntos, o programa recebe a jornalista Cristina Hayne.

Não perca: O "Sem Censura Pará" vai ao ar às 14h30, pela TV e Portal Cultura.



Produtores Rurais de Amambai se reúnem com candidato a Deputado Federal
SÍTIO A GAZETA NEWS, 03.09.2014

Bruno Martins

O Sindicato Rural de Amambai recebeu na noite da última sexta-feira, dia 29, a visita do produtor rural e candidato a Deputado Federal, Henrique Mandetta, na ocasião, dezenas de trabalhadores rurais da cidade compareceram no evento a fim de discutirem e esclarecer assuntos que tem tirado o sono dos produtores amambaienses, a questão de demarcação de terras indígenas de a PEC 215.

O presidente do Sindicato Rural, Diogo Peixoto, acompanhado do presidente da COOPERSA, Cristiano Bortolloto, fizeram as honras e apresentaram o candidato aos demais participantes da palestra.

Durante o evento, os produtores amambaienses tiveram a oportunidade de questionar sobre algumas situações que causam duvidas quanto as questões indígenas que tem assolado os ruralistas da região.

Fonte: A Gazeta News



Artesanato e cultura quilombola compõem roteiro na Paraíba

SÍTIO JORNAL BRASIL, 03.09.2014

Uma viagem pelo litoral da Paraíba reserva surpresas que vão além das belas praias de águas mornas e cristalinas, emolduradas por rochas e paredões montanhosos. Somente nos poucos mais de 70 Km que ligam a capital João Pessoa aos municípios de Conde e Pitimbu, o turista pode ter contato com as culturas indígena e quilombola em roteiros enriquecidos por produtos da agricultura familiar, pelo patrimônio histórico e pelas belezas cênicas de paisagens preservadas.

Estes são alguns dos atrativos do roteiro turístico Mares Quilombolas, contemplado pelo projeto Talentos do Brasil. A iniciativa beneficia 400 empreendimentos de 54 municípios brasileiros, valorizando a cultura de agricultores familiares, gerando emprego e agregando valor à produção. “Uma das principais inovações é agregar pessoas, serviços e produtos da agricultura familiar a roteiros turísticos já explorados, gerando benefícios econômicos e sociais para a região”, disse o ministro do Turismo, Vinícius Lages.

Localizadas na região metropolitana de João Pessoa, Conde e Pitimbu oferecem, pelo menos, quatro passeios: Comunidade Ipiranga, Quinzena Cultural, Caminhadas na Natureza e Território Mucuxi, que retratam a diversidade do litoral paraibano.

Pitimbu realiza, no segundo sábado de cada mês, a Quinzena Cultural que tem como objetivo o resgate e valorização dos saberes da população local. Artistas se apresentam em grupos folclóricos e regionais - e artesãos expõem e vendem seus trabalhos. Nas barraquinhas, são encontradas comidas típicas à base de milho e mandioca, além de doces, sucos e frutas (jaca, caju, maracujá, graviola, entre outras).

No Conde, a visita pode começar pela Comunidade Ipiranga, onde tem coco de roda, artesanato e visita ao Museu Quilombola, que guarda a história da presença negra na região. Outra dica é o Território Mucuxi, reserva indígena que trabalha com educação ambiental e oferece trilhas pela Mata Atlântica, passeios de caiaque, banhos de rio, de bica e também de lama, uma atração local.

Caminhadas pelas matas, falésias, mirantes e praias da Área de Preservação Ambiental de Tambaba, uma das mais conhecidas praias de naturismo do país, também são recomendadas. Lá o turista tem a oportunidade de conhecer os sabores da culinária nordestina em propriedades agrícolas.

O projeto ainda está em fase de implantação e os passeios são vendidos pelos próprios empreendedores, uma realidade que deve mudar em breve. “O roteiro tem sido divulgado em feiras e eventos. Estamos registrando a marca e produzindo material de divulgação, o que dará maior visibilidade ao trabalho”, afirma Vânia Domingues, da Associação de Turismo Costa do Conde.



Nota da Comissão Guarani Yvyrupa sobre a criação do INSI e a saúde indígena
SÍTIO CIMI, 03.09.2014

No dia 4 de agosto, sem o respaldo de qualquer representação nacional do movimento indígena, o Ministério da Saúde em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou a proposta de criação de um novo órgão responsável pela saúde indígena no país, o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI).

Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, repudiamos essa ação do governo que vai na contramão de tudo aquilo que o movimento indígena vem reivindicando e conquistando ao longo dos anos. A proposta de criação do INSI, uma paraestatal de administração privada e regido pelo direito privado, ao contrário do que vem afirmando o ministro da saúde, ajudaria na precarização da saúde indígena eximindo o poder público de sua responsabilidade.

Por décadas, nós indígenas de todo o Brasil lutamos pela criação da Secretaria especial de saúde indígena (Sesai), responsável pela criação de uma gestão autônoma e descentralizada da saúde, através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), levando em conta os problemas específicos e a cultural local de cada região. Contudo, mesmo após essa conquista, o governo seguiu ignorando os problemas de nossa saúde, desconsiderando o que vínhamos propondo para a melhoria da situação, como a realização de concursos públicos para a contratação de médicos especializados na saúde de nossos povos. Quase nada foi investido na saúde de nossas comunidades que sofrem com a falta de médicos e de equipamentos básicos para a realização de tratamentos.

Agora, apenas quatro anos depois da criação da Sesai, sem ter atendido as reivindicações realizadas nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena o governo decreta que o órgão não funciona e busca se eximir de suas responsabilidades perante os povos indígenas promovendo a privatização de sua saúde.

Hoje, nosso parentes e principalmente nossas crianças morrem cotidianamente em todo o país devido a contaminação dos solos, das águas e das diversas doenças trazidas pelos brancos. Cabe ao governo ouvir as populações indígenas e se responsabilizar por esses males que vem sendo causados a nós desde de que os portugueses invadiram essa terra que hoje se chama Brasil.



Comunidade indígena de Charrua pede atenção do poder público

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 03.09.2014

A Reserva Indígena caingangue de Charrua está dividida. No dia 31 de julho, um confronto entre dois grupos rivais deu início a uma onda de violência na Aldeia Ligeiro, onde vivem 400 famílias, que somam, aproximadamente, 1.600 pessoas, sendo a maioria jovens.

Depois de uma série de conflitos, incêndios e pessoas feridas, um grupo formado por cerca de 300 índios saiu das terras indígenas em busca de segurança, incluindo o cacique e toda a liderança da aldeia. Eles acusam o grupo oposto de práticas de violência, incêndios criminosos, tráfico de armas e arrendamento de terras indígenas.

Contrariando a versão dos líderes, a atual administração da comunidade, que está sendo feita pelo Conselho de Anciãos, denuncia o abuso de poder, cárcere privado, convivência, impunidade, violação dos direitos indígenas e desvio de produtos da agricultura coletiva, sem prestação de contas. Segundo eles, as práticas teriam partido do então cacique Vilácio Candinho, que foi eleito democraticamente pela aldeia em 29 de março de 2011.

Por meio de uma nota o grupo representado por Lourivan Antônio disse estar revoltado com a posição adotada pela Funai, frente aos episódios, e pediu o retorno imediato dos serviços de saúde e educação que estariam paralisados. "A comunidade já registrou dois óbitos, devido à falta de atendimento".

Os índios contam, também, que o cacique juntamente com a liderança da aldeia seria responsável por uma cooperativa nas terras indígenas, entretanto, não estariam honrando os débitos devidos com os cooperados. "Queremos respeito, transparência, dignidade e apoio logístico das autoridades constituídas sobre nossas decisões e reivindicações", diz a nota do povo caingangue.

O Conselho de Anciãos determina, ainda, o prazo de cinco dias para o retorno das famílias que estão fora da aldeia.



Cepal prepara relatório para conferência da ONU sobre povos indígenas

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 03.09.2014

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Cepal, vai lançar um relatório especial sobre os povos indígenas em 22 de setembro, na sede da ONU em Nova York.

O documento será apresentado na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, que vai ocorrer nas vésperas da abertura da 69ª Assembleia Geral, no dia 24.

Respeito

O relatório da Cepal vai apresentar uma análise sobre os indígenas na América Latina. O objetivo é contribuir para a troca de ideias e melhores práticas para garantir respeito aos direitos dessas comunidades.

Os especialistas colheram informações sobre os progressos alcançados e os desafios futuros em relação aos direitos de indígenas na região. Além disso, eles vão identificar e propor ações pós-2014, que serão debatidas durante a conferência.

370 Milhões

Segundo os organizadores do encontro, em todo o mundo existem mais de 5 mil grupos indígenas espalhados por 90 países.

No total, eles representam uma população de 370 milhões, que corresponde a 5% da população global.

Entre os avanços alcançados até agora estão a criação do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas, a escolha de um Relator Especial sobre os Direitos Indígenas e a criação também de um mecanismo sobre os direitos do grupo.

Indígenas do Amazonas têm cultura e valores excluídos

SÍTIO PORTAL BARÉ, 03.09.2014



A valorização e a promoção do orgulho da cultura indígena devem pautar os projetos econômicos que promovam a autonomia e preservação das populações indígenas no Estado do Amazonas. Essa foi uma das conclusões do Seminário "Projetos Econômicos e Patrimônio Cultural Indígena" realizado ontem à tarde no auditório da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O presidente do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé (CGTSM), Obadias Batista, afirmou que uma das maiores provas da autodegradação da cultura indígena é a adoção de costumes de outros povos indígenas que nada tem a ver com sua cultura.

Exemplificou também como ataque a não preservação dos povos no Estado a venda de guaraná em pó na Feira de Artesanato da Praça Tenreiro Aranha produzido na Bahia e não pelo povo Sateré-Mawé. Para Obadias, a produção artesanal indígena jamais vai poder competir com a lógica capitalista e com o poder das indústrias que se apoderam dos produtos naturais.

"Na castanha, por exemplo, enquanto um índio quebra uma castanha, as máquinas das indústrias quebram várias ao mesmo tempo", declarou.

Para o líder dos Sateré-Mawé, a maneira do artesanato e gêneros alimentícios virarem instrumentos de sustento próprio para as populações e a agregação de valor ao produto. Para ele, o diferencial é a cultura indígena. "O indígena não tem que vender seu artesanato porque é pobrezinho e as pessoas vão comprar aquilo para ele se sustentar. Ele tem que vender o produto com orgulho de sua cultura", defendeu.

CONT.



O secretário da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), Bonifácio José Baniwa, afirmou que a produção de frutas, verduras e legumes dos indígenas no caminho até o consumidor perde toda a identidade do cultivo. "Quando chega na cidade, a produção dos indígenas é engolida pelas cooperativas. Ali não é mais a produção dos indígenas, é a dos produtores rurais. É como se fosse uma coisa só e não é", afirmou.

Obadias disse que a forma industrial de produção de alimentos chega nas aldeias provocando nos indígenas doenças e deterioração de suas culturas. "Os indígenas comem os alimentos industrializados. Na hora que sente um mal estar não quer mais o chá de erva cidreira do pajé, quer a química. Isso tudo representa perda da cultura indígena", declarou.

Ele afirmou que os Sateré-Mawé experimentam outras possibilidades de formas econômicas lutando pela preservação da cultura. "É muito complicado porque as coisas oferecidas pelo homem branco chegam numa grande proporção e parecem boas. Mas não são. É bolsa família, todo tipo de bolsa que provoca nos indígenas o abandono da produção. Eles têm dinheiro, gastam com outras coisas e ainda assim passam fome. Isso está errado", diz Obadias.

Personagem: Pres. da Ass. de Ind. do Alto Solimões, Deulinda Prado

'É preciso incentivo'

A presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Solimões, Deulinda Prado, representou, no seminário de ontem, uma entidade que teve origem há duas décadas e reúne 54 mulheres de 10 etnias diferentes. As mulheres da associação vivem em áreas urbanas e comercializam artesanato produzido a partir da identidade cultural de suas aldeias. Deulinda afirmou que as artesãs indígenas precisam de incentivo para ampliarem suas possibilidades. Também relatou a dificuldade das indígenas que ainda vivem em aldeias no Alto Solimões aos tratamentos de saúde necessários oferecidos pela rede pública. "O acesso é complicado. As mulheres, após o parto, contam mais com a pajé que vai lá e as benze".

Dados do IBGE

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2010, o Amazonas possuía 168.680 indígenas. São Gabriel da Cachoeira tem o maior número de pessoas que se identificam como indígenas, um total de 29.017 pessoas.

Secretário critica a Suframa

O secretário da Seind, Bonifácio Baniwa, criticou a falta de coerência no discurso de prorrogação do modelo econômico Zona Franca de Manaus (ZFM) e a não atenção no Conselho de Administração da Suframa aos projetos que beneficiem as populações indígenas.

"Temos projetos apresentados na Suframa há 5 anos. Mas não temos padrinhos políticos e não são analisados. A ZFM gera riquezas para as indústrias, mas elas não deixam nada aqui. Se perguntar para qualquer indígena o que a ZFM fez por eles, eles vão dizer que nada. É um modelo barriga de aluguel. Tem filhos, mas ele não fica com a mãe", declarou o secretário.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 155 / 2014

Brasília, 03 de setembro de 2014.

Bonifácio Baniwa criticou ainda o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) que é subaproveitado e poderia contribuir para a valorização do conhecimento indígena. "O CBA é um investimento de milhões, mas que não gera retorno para o Estado".

A professora-doutora Priscila Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufam afirmou que os modelos econômicos e assistenciais podem ser formas de continuidade do processo de dominação dos povos indígenas.

Fonte: Blog do Pávulo



Aragão é homenageado por Xerentes e afirma: "É possível conciliar as terras indígenas e agronegócio"

SÍTIO CENTRO-NORTE NOTÍCIAS, 03.09.2014

Ao ser homenageado por indígenas de sete aldeias do povo Xerente, de Tocantínia, o candidato ao Senado, deputado estadual Sargento Aragão (PROS), da coligação Reage Tocantins, disse ser possível conciliar os direitos dos índios com o agronegócio. "O Estado é forte no agro, mas temos sete povos indígenas, com 11 mil índios, e devemos respeitá-los. Um não exclui o outro", declarou Aragão. O evento aconteceu na Praça dos Girassóis, em Palmas, no final da tarde desta terça-feira, 2. Dezoito representantes das aldeias presentearam o candidato com arcos e flechas.

Aragão prometeu aos xerentes, que no Senado, vai fiscalizar as ações dos órgãos públicos federais que prestam serviços às aldeias, em especial a Funasa. "Minha atuação será firme fiscalizando e cobrando do Governo Federal que seja presente com serviços de qualidade nas aldeias. Minha primeira emenda parlamentar no Senado vai ser destinada aos povos indígenas", prometeu.

O cacique Artur Xerente declarou que Aragão tem as qualidades dos guerreiros xerentes e por isso foi homenageado. "Aragão é o nosso senador, um homem de palavra e de coragem. É preciso um senador que represente o povo tocaninense e respeite os povos indígenas", destacou.

Para o cacique, falar que respeita os índios é fácil, o difícil é dar apoio às suas demandas. "Fomos lá no Senado e teve senadora que não nos recebeu. Ela fugiu do gabinete para não nos receber", afirmou.

A anciã Iracy Krukuane Xerente disse que os povos indígenas estão cansados de enganação e de promessas dos políticos. "Sabemos que você Aragão não é de promessas e sim de fazer. E sabemos que tem candidata que é contra nós índios e depois vai na aldeia e diz que nos defende. É uma mentirosa", desabafou. (Da Assessoria)



Arquitetura de indígenas ricos vira atração turística na Bolívia

SÍTIO JOVEM PAN, 03.09.2014

La Paz, 3 set (EFE).- As coloridas mansões que nos últimos anos foram construídas pelos indígenas endinheirados da etnia aimará na cidade boliviana de El Alto se transformaram em atração turística, graças a um tour com o qual os visitantes podem conhecer de perto estes chamativos ícones de prosperidade.

"Cholets" é como são denominadas popularmente estas construções, fazendo um trocadilho entre chalé e "cholo", um apelido com conotações pejorativas que se refere aos indígenas bolivianos que emigraram para as cidades, saindo das zonas rurais.

El Alto, a cidade mais alta da Bolívia a quatro mil metros acima do nível do mar, é o principal centro de amparo para os emigrantes que chegam de povoados do planalto, e apesar de também ser a mais pobre do país, sua pujante economia orientada sobretudo ao comércio se traduziu na formação de uma rica classe emergente.

Esta nova burguesia se transformou em uma atração turística com uma nova oferta de rotas nas quais os estrangeiros podem conhecer a história de El Alto, suas históricas lutas políticas que inclusive dobraram governos e as fachadas coloridas dos "cholets".

Wilfredo Poma, guia turístico da associação Saraña, explicou à Agência Efe que a ideia surgiu quando um de seus voluntários perguntou se não existia um "city tour" por El Alto.

A partir desta ideia, Saraña projetou seis rotas que permitem conhecer a fundo a história de El Alto e de sua gente, desde os ritos andinos, as lutas sociais, monumentos históricos, até a agricultura, as feiras e certamente sua arquitetura sem precedentes.

Em meio a fileiras de casas de tijolo idênticas surgem, rompendo o esquema urbano, estas moradias vistosas e coloridas de vários andares, que refletem o prestígio econômico de seus proprietários.

As fachadas contam com desenhos inspirados na iconografia da cultura tiahuanacota pré-hispânica, como homenagem às raízes dos que moram nestas casas.

Além disso, em muitos casos os "cholets" são erguidos sobre o terraço de prédios altos, em uma metáfora do lugar predominante que seus proprietários ocupam na sociedade de El Alto.

Este estilo tem no arquiteto local Freddy Mamani seu principal impulsor.

Mamani, que desenhou e construiu mais de 60 edificações em El Alto, se transformou em parte da identidade de uma cidade que chama a atenção de moradores e visitantes.

CONT.



"Eu fico bem satisfeito e surpreendido" disse à Efe Mamani sobre o interesse turístico que suas construções despertam.

A rota turística começa no bosque de El Alto para mostrar a visão do mundo andino através da história e ritos desta cultura e continua com a visita a monumentos que explicam a importância dos movimentos sociais da cidade.

Depois, os turistas são levados à universidade, ao enorme mercado de El Alto, onde o visitante pode comprar tudo o que imaginam e finalmente à Villa Adela, um dos bairros com mais "cholets".

Ali, os guias explicam aos visitantes as particularidades deste estilo.

"A arquitetura chola são construções com amplas vidraçarias e cores inspiradas no aguayo (tecido andino), combinados artisticamente com a moda da vestimenta das senhoras de saia, as cholitas", comentou Poma.

Os olhos dos estrangeiros se abrem surpreendidos à vista destas extravagantes construções que já fazem parte do colorido da cidade.

"Quero trabalhar para El Alto, ela é a cidade do futuro deste país", acrescentou o empresário do setor turístico.

O governo municipal de El Alto também está trabalhando na gestão turística através de rotas urbanas e rurais.

O responsável pela promoção de turismo de El Alto, Diego del Carpio, disse à Efe que a Prefeitura também está impulsionando rotas turísticas, embora focadas para que os próprios cidadãos conheçam sua cidade.

"Há cinco rotas de arquitetura andina que estão em processo de consolidação", acrescentou Carpio. EFE



Logística dos Jogos Mundiais Indígenas é apresentada e lançamento será neste mês
SÍTIO T1 NOTÍCIAS, 03.09.2014

Para os Jogos Indígenas são esperados 22 etnias, 30 países e dois mil atletas, sendo um evento de repercussão internacional para envolver a comunidade palmense diretamente

Autor: Inez Freitas - Secom Palmas

A apresentação de toda a logística para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas foi a pauta de café da manhã realizado nesta quarta-feira, 03, entre o secretário Municipal Extraordinário dos Jogos Indígenas (Seji), Hector Valente Franco, e imprensa.

Na oportunidade, Hector Valente falou do lançamento oficial dos Jogos, previsto para o dia 29 de setembro, quando será apresentada a marca dos Jogos Mundiais em Palmas, a mascote, teaser, dentre outros.

O Secretário também apresentou a estrutura da Pasta, que está envolvida no planejamento, promoção, execução, além de representar Palmas em todas as ações relacionadas ao evento, que tem a previsão de ser realizado em junho e setembro de 2015.

De acordo com o Secretário, o montante a ser investido na infraestrutura e realização do evento deverá ficar em torno de R\$ 160 milhões. "Estimamos esse valor e é claro que parte desses recursos é do Governo federal, tendo uma contrapartida nossa e também estamos captando parcerias e patrocínios para custear os Jogos", ressaltou.

Para os Jogos Indígenas são esperados 22 etnias, 30 países e dois mil atletas, sendo um evento de repercussão internacional para envolver a comunidade palmense diretamente, e, segundo Hector Valente, será realizada uma série de pré-eventos.

Com relação às estruturas que deverão permanecer após os Jogos e que ficarão como legado para a Capital, o Secretário citou o Museu Indígena, que será criado; o centro de excelência esportivo em atletismo e futebol; e o estádio de baseball – que sediará futuros eventos.

Quanto às obras, Hector Valente disse que a concepção artística do evento já existe e que os projetos para execução das obras estão em andamento, devendo ser finalizados em novembro. "Sabemos do prazo e estamos trabalhando intensamente para que seja cumprido dentro do que foi concebido", enfatizou.



Coronel Sapucaia inaugura Escola Indígena

SÍTIO PONTA PORÃ INFORMA, 03.09.2014

Serão atendidos 173 alunos, sendo 5 turmas no período matutino e 2 turmas no período vespertino, todos do Ensino Fundamental.

A prefeita municipal de Coronel Sapucaia, Nilceia Alves de Souza e a secretária de Educação e Cultura, Helena de Souza, juntamente com a vice-prefeita professora Sandra Luiza Barbosa o capitão da Aldeia Taquapery, Jonas Batista e o diretor da Escola Nãnde Reko Arandu, Enoque Batista, inauguraram nesta terça-feira (02/09), às 8 horas a nova unidade escolar na Aldeia Taquapery, a nova escola inicialmente será uma extensão na Escola Indígena Nãnde Reko Arandú.

Serão atendidos 173 alunos, sendo 5 turmas no período matutino e 2 turmas no período vespertino, todos do Ensino Fundamental.

A nova estrutura conta com 6 salas de aula, 1 sala de informática, 1 sala de leitura, banheiros, sala dos professores, secretaria, sala da direção, cozinha, área de serviço e um amplo pátio.

A obra foi construída com partes do recurso do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e recurso próprio da administração municipal.

Segundo a secretária municipal de educação Helena de Souza a nova escola só receberá o nome oficial em 2015 após a comunidade se reunir e definir em plebiscito, após a decisão da comunidade a indicação vai para Conselho Municipal de Educação e para a Câmara Municipal para votação e aprovação.

A prefeita Nilceia ressaltou "Estamos investindo na qualidade de vida da população indígena, estamos inaugurando hoje essa escola e em breve estaremos inaugurando um posto de saúde aqui na aldeia Taquapery, uma conquista nossa, para garantir um atendimento rápido e de qualidade para nossas crianças, mães, jovens e adultos. Parabéns essa conquista merece ser comemorada", finalizou a prefeita

Também estiveram prestigiando a cerimonia de inauguração da escola representando o prefeito de Capitán Bado Ranfis Gonzalez o senhor Esmael Valiente, a vereadora Claudia Ferreira Maciel, o vereador José Segundo Rocha, a coordenadora pedagógica da Educação Indígena, Nídia Sanabria, o secretário de Obras, Eder Alberto Arevalo, o secretário de Saúde Pública, Eleonor de Jesus Ximenes, o secretário de Agricultura e Meio Ambiente, José Raimundo da Cruz, secretária de Esporte Juventude e lazer, Rosangela de Almeida, a secretária de Assistência Social, Odete de Araujo, o coordenador da escola Nãnde Reko Arandu, Amaro de Souza Rocha e o educador Elias Lopes.



Doações para quadrigêmeas indígenas surpreendem direção de maternidade

SÍTIO TOPMÍDIA NEWS, 03.09.2014

O caso ganhou repercussão nacional, depois de ser noticiado com exclusividade pelo site TopMídia News. Os indígenas da etnia terena vão ganhar uma nova casa, além de roupas, fraldas e alimentos para os 15 integrantes da família

O site TopMídia News noticiou com exclusividade um caso raro na medicina e que está ganhando o mundo com tanta repercussão, trata-se do nascimento das quadrigêmeas indígenas na maternidade Cândido Mariano, no último dia 28, em Campo Grande. A mamãe Denir Campos, de 37 anos, esperava dar a luz a duas meninas e foi surpreendida com o nascimento de quatro bebês.

O marido, Odair Cândido, de 32 anos, trabalha com serviços gerais e não tem renda certa no final do mês. O casal mora em um barraco de dois cômodos no Assentamento Nova Esperança, no município de Anastácio, a 130 km da Capital com quatro dos outros sete filhos, de 4, 7, 10 e 12 anos. Outros dois rapazes, de 18 e 19 anos, e uma menina de 22 anos, não moram mais com a mãe.

A solidariedade chega de todos os lugares e ontem (2), a prefeitura de Anastácio informou que a família indígena da etnia terena, deve ganhar uma nova morada em uma das 809 casas que estão sendo construídas no município pelo PAC 2. Enquanto as casas ainda não estão prontas, Denir irá se mudar temporariamente com a família para uma das residências que foram indevidamente vendidas por outros beneficiários nos residenciais Antônio Clementino da Silva, Wilson Proença Leite ou Lidio Barbier.

Os nomes dados às meninas e o peso de cada uma delas são: Elizângela, com 1,170 quilo; Elizete, com 1,725 quilo; Eliza, com 0,890 quilo e Elizabeth, com 1,700 quilo. As três primeiras estão na UTI da Cândido Mariano, já a última está internada no Hospital Regional, em virtude da falta de vaga da maternidade. De acordo com a direção da Cândido Mariano, um bebê normal pesa de 2,5 a 3 quilos. Elas devem ficar em observação por pelo menos mais 30 dias.

Segundo a psicóloga da maternidade, Jackeline Medeiros, a todo momento, chega algum tipo de doação para as quadrigêmeas. "Estamos incentivando a população a doarem para todas as mães que estão internadas. Tem mãe que chega apenas com a roupa do corpo. Todas são de vulnerabilidade, são pessoas humildes e merecem uma atenção maior. O caso das quadrigêmeas tomou uma proporção gigantesca e elas são nosso xodó", revelou a psicóloga.

De acordo com a médica responsável pela UTI Neonatal da maternidade, Maria Claudia Rossetti, um bebê recém-nascido só pode tomar leite humano, para fortalecer e crescer de forma saudável. "O leite de industrializado, só será receitado depois que eles saírem da UTI. Até lá, nosso banco de leite vai precisar de muita doação do leite de voluntárias", disse Rossetti.



Jackeline disse ainda que a sala está ficando pequena para a quantidade de fraldas e roupas que chegam a todo o momento. "Ontem contabilizamos no final do dia mais de 100 pacotes de fraldas somente aqui na minha sala, 66 pacotes RN (recém-nascido), e sacolas de roupinhas. Está faltando sabonete glicerinado e fraldas tamanho M e G, pois as bebês vão crescer e precisar, lá na frente", ressaltou a psicóloga.

Solidariedade

As doações podem ser feitas diretamente na maternidade, localizada na rua Marechal Rondon, 2.644, Centro de Campo Grande. Também podem ser realizadas por meio de depósitos em dinheiro na conta poupança aberta por Odair. O número da agência é 4555 e da conta poupança é 0001958-6, na Caixa Econômica Federal, variação 13. Além disso, é possível entrar em contato pelo telefone da assistência social: (67) 9830-9975/ 9831-0071 ou falar com o pai das crianças, pelos telefones: (67) 9680-1729/ 9857-5933.



Atuação do MPF garante escolha democrática de gestor de escola indígena em Tefé
SÍTIO FATO AMAZÔNICO, 03.09.2014

Após receber informações sobre a troca de gestor de uma escola indígena em comunidade de Tefé (município distante 527 quilômetros de Manaus) e os conflitos entre a população indígena e a população não-indígena da localidade, o Ministério Público Federal promoveu articulação entre órgãos públicos e comunitários e garantiu a eleição do gestor da escola pelos pais de alunos, professores e funcionários.

O caso ocorreu na comunidade Porto Praia, localizada na zona rural de Tefé. A prefeitura municipal exonerou o gestor da escola, indígena da etnia kokama, e nomeou um não-indígena para o cargo. Lideranças indígenas, inconformadas com a mudança, impediram a entrada na comunidade do novo gestor, que acionou a Polícia Militar.

A situação foi levada ao conhecimento do MPF pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que encaminhou à instituição a manifestação de comunitários sobre a possível nomeação de um não-indígena para a direção da escola, contrariando os interesses da comunidade indígena local. Após a concretização da mudança, alguns moradores da comunidade estiveram na sede da Procuradoria da República no Município de Tefé, unidade do MPF na cidade, e relataram o fato.

O MPF promoveu reunião com autoridades e comunitários e acompanhou, em momento seguinte, reunião na comunidade, quando foi realizada votação para a escolha do novo gestor. Participaram da votação pais de alunos, funcionários e professores da escola. Por maioria de votos, o gestor anterior, Mário Jorge Moraes, da etnia kokama, foi escolhido como diretor da escola.